



# 30<sup>o</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:  
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo Ciência da Informação: diálogos e conexões

Modalidade: Trabalho completo

## **A ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar: problemáticas e perspectivas**

*The shelf arrangement in School librarianship: problems and perspectives*

**Matheus Aguiar de Carvalho** – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –  
maguiarcarvalho.bh@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo é analisar a produção em Biblioteconomia escolar acerca da ordenação de documentos. A pesquisa foi desenvolvida mediante revisão bibliográfica. A pesquisa é fundamentada nas discussões a respeito da biblioteca escolar como um sistema de mediação documentária, e a respeito dos fundamentos da ordenação de documentos. O estudo demonstrou a fragmentação da discussão sobre ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar, associada à disseminação de uma aplicação cristalizada do modelo do número de chamada. Ao final, destacamos a importância de recuperar os fundamentos da ordenação de documentos, para subsidiar a proposição de reflexões qualificadas acerca desse processo nas bibliotecas escolares.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia escolar. Biblioteca escolar. Ordenação de documentos. Mediação documentária. Número de chamada.

**Abstract:** The objective is to analyze the production in school librarianship about shelf arrangement. The research was developed through a bibliographic review. The research is based on discussions about the school library as a system of documentary mediation, and about the foundations of shelf arrangement. The study demonstrated the fragmentation of the discussion about document organization in School Librarianship, associated with the dissemination of a crystallized application of the call number model. Finally, we highlight the importance of recovering the foundations of shelf arrangement, to support the proposal of qualified reflections about this process in school libraries.

**Keywords:** School librarianship. School library. Shelf arrangement. Documentary mediation. Call number.



## **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho é uma proposta de reflexão a respeito do desenvolvimento do tema da ordenação de documentos na produção em Biblioteconomia escolar. A introdução apresenta o tema, indicando o problema e o objetivo considerados para a pesquisa. Na segunda parte, são descritos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo.

### **1.1 Tema, problema e objetivos**

Em nossa perspectiva, a Biblioteconomia é uma disciplina documentária cujo objeto de estudo é elaborado em torno da mediação documentária aplicada à produção de sistemas documentários de abordagem bibliográfica, como as bibliotecas escolares. A biblioteca escolar é estudada particularmente no âmbito da Biblioteconomia escolar, que se configura como uma especialidade ou um dos ramos dessa disciplina (Carrol, 1981; Todd, 2009; Campello, 2015; Alman, 2017; Silva; Silva; Ramos, 2017; Oliveira, 2019; Carvalho, 2020).

Como sistema documentário, o funcionamento da biblioteca escolar exige a observação da estruturação e do gerenciamento dos processos de mediação documentária realizados para constitui-la. Dessa forma, é possível promover o objetivo dessa instituição, qual seja o de promover a satisfação das necessidades de informação do público no contexto escolar. Partindo desta premissa, o estudo dos processos de mediação documentária torna-se fundamental para o desenvolvimento do campo e de sua função social que perpassa estabelecer sistemas documentários em contextos diversos.

Dentre os processos de mediação documentária realizados na biblioteca escolar, a ordenação de documentos é desenvolvida para relacionar dois ou mais documentos a partir de uma estrutura de navegação que subsidia o acesso a esses documentos em um espaço.

Considerando o desenvolvimento do tema da ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar, problematiza-se sua elaboração fragmentada, no tocante ao objetivo do processo no contexto documentário, suas funções, métodos e instrumentos, bem como sua relação com a efetividade dos objetivos das bibliotecas escolares.



Partimos do pressuposto de que a discussão fragmentada da ordenação de documentos a reduziu ao método classificatório, com ênfase na aplicação cristalizada de sistemas de classificação bibliográfica, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), a partir do número de chamada, desconsiderando a potencialidade do último como modelo. Como consequência, as soluções em ordenação de documentos para as bibliotecas escolares foram pouco qualificadas quanto aos objetivos e características destas instituições.

Dadas essas considerações, o presente texto é elaborado considerando o objetivo de analisar a produção em Biblioteconomia escolar a respeito do processo de ordenação de documentos, entendendo-o como uma ação de mediação documentária estruturante das bibliotecas escolares, por isso, fundamental para o desenvolvimento dos objetivos dessas instituições.

## **1.2 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa é de caráter descritivo e analítico, estabelecida mediante a revisão bibliográfica (Gray, 2012). A revisão bibliográfica foi desenvolvida a partir das etapas de levantamento, validação e análise.

Para as seções 2, denominada 'A biblioteca na escola', e 3, denominada 'A ordenação de documentos como processo de mediação documentária', o levantamento foi realizado no catálogo do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no portal *Google Scholar* e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Os termos adotados foram relativos aos conceitos discutidos em ambas as seções, como biblioteca, escola, biblioteca escolar, mediação documentária e ordenação de documentos, considerando suas variações nos idiomas português, espanhol, inglês e francês.

Em relação à seção 4, denominada 'A ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar', o levantamento foi realizado nas seguintes bases de dados: a BRAPCI, o portal de pesquisas das bases de dados da Proquest, o Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (*Directory of Open Access Journals, DOAJ*), a base de dados em Informação Biblioteconômica da América Latina (*Información Bibliotecológica Latinoamericana*, no original em espanhol) (INFOBILA), a Dialnet e a Literatura brasileira em Biblioteca Escolar (LIBES).



A busca nas bases de dados foi orientada ao campo resumo, considerando os termos relativos ao processo de ordenação de documentos e às bibliotecas escolares, e suas variações nos idiomas português, espanhol, inglês e francês. O levantamento foi realizado em meados de 2020, quando estava em desenvolvimento da pesquisa de mestrado do autor (Carvalho, 2020).

Na etapa de validação, foram selecionados os textos que seriam efetivamente analisados. Esta etapa foi constituída pela leitura das seções de introdução, prefácio, conclusão e/ou considerações finais. Ao final, foram elencados 129 textos e, sobre eles, elaborados resumos indicativos.

A análise, que constitui a seção 4 deste texto, foi realizada a partir das seguintes categorias: abordagem conceitual; abordagem metodológica; e abordagem instrumental. Em cada categoria, apresentamos uma síntese das primeiras questões encontradas na literatura, seguida de nossa reflexão. Na seção 5, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## **2 A BIBLIOTECA ESCOLAR: UM SISTEMA DE MEDIAÇÃO DOCUMENTÁRIA**

Em trabalho anterior (Carvalho, [2024, a ser depositada]), abordamos que a mediação documentária é explicada pelas relações entre a atividade documentária e os sistemas produzidos a partir dela, o público e suas necessidades de informação, o documento na perspectiva documentária, o profissional da atividade documentária e o contexto documentário resultante das relações pragmáticas entre estas categorias. O sentido de cada categoria é elaborado a partir de suas relações com as demais. Desta forma, a explicação da biblioteca escolar como um sistema de mediação documentária perpassa identificar como essas categorias são elaboradas considerando a especificidade do contexto escolar.

A biblioteca escolar é um sistema produzido a partir da atividade documentária, ao mesmo tempo, é o lugar pelo qual ela é desenvolvida. A atividade documentária é operacionalizada pela cadeia documentária, que é constituída por três fases básicas, cada qual relativa a certo(s) processo(s) de mediação: fase de entrada (Seleção), fase intermediária (Organização da Informação e Conservação), e fase de Saída (Produtos



Documentários, Educação de Usuários e Serviços de Referência) (Carvalho, [2024, a ser depositada]).

A noção de sistema documentário abarca os sistemas produzidos por meio da seleção e organização da informação, como as coleções ordenadas e as bases de dados, como bibliografias e catálogos, mas também a biblioteca ou o centro de documentação em sua totalidade. Nesse sentido, a biblioteca é um sistema documentário constituído por outros sistemas documentários internos a ela. A seu turno, as bibliotecas estão interligadas a outros sistemas sociais externos. No caso da biblioteca escolar, é possível destacar a sala de aula, a escola, as políticas educacionais nos níveis municipais, estaduais e federais, entre outros.

O entendimento sistemático das bibliotecas vai ao encontro da noção de dispositivo documentário, como explorado na produção francesa dos estudos documentários.

Os dispositivos documentários se explicam por uma organização dos saberes traduzida em um arranjo intelectual e material, cujo objetivo é acompanhar o usuário no acesso à informação organizada (Fabre, 2018; Liquète; Fabre; Gardiès, 2010).

Couzinet (2011) caracteriza os dispositivos documentários como um conjunto de redes que relacionam quem produz informação, quem permite sua circulação, quem intervêm para facilitar sua difusão e, por fim, quem é capaz de apropriar-se dela como conteúdo que permite a ação.

O profissional da atividade documentária responsável pela elaboração da biblioteca é o bibliotecário, considerando a formação teórica implicada a esta denominação. Desse modo, ele é quem cria e promove as redes entre os sujeitos que participam do contexto documentário. Sendo assim, como abordam Fabre e Gardiès (2010), o bibliotecário é responsável por conciliar duas instâncias: os usuários e suas necessidades de informação, e os saberes representados na forma de documentos.

Segundo Cohen (1995), o público de um sistema documentário é constituído por pessoas inseridas em processos anteriores de consumo e/ou de produção de informação. A partir desses processos, o público percebe suas necessidades de informação, ainda que não as elabore explicitamente em um primeiro momento.

Nesse sentido, o trabalho do bibliotecário envolve apoiar o público na explicitação de suas necessidades de informação. Em especial considerando que muitos



dos estudantes estão em fases iniciais de sua formação, o apoio do bibliotecário ao público na explicitação das necessidades de informação é imprescindível.

As bibliotecas escolares são instituídas em toda a educação básica. No Brasil, a educação básica é constituída pela educação infantil, pelo ensino fundamental e ensino médio (Brasil, 2017). Desta forma, consideramos que o público principal da biblioteca escolar são as(os) estudantes que integram a educação básica e que participam cotidianamente dos processos de ensino-aprendizagem característicos dela.

Vale apontar a diversidade do público no tocante às variações de gênero, orientação sexual, raça, situação socioeconômica, e outras. Essa diversidade é refletida nas formas linguísticas empreendidas pelo público para manifestar suas intenções frente à biblioteca escolar. Sendo assim, a efetividade da cadeia documentária está relacionada com os modos de contemplar a diversidade do público, que é expressa por ele em formas linguísticas variadas.

Os sistemas documentários são elaborados a partir de um trabalho sobre os documentos. O conceito de documento não se encerra em formas como o livro e o periódico, mas abrange todos os objetos com potencial informativo. Essa noção ampla do conceito de documento foi inicialmente destacada por Otlet (1934, 2018) e Briet (1951, 2016), e sistematizada posteriormente por Meyriat (1981, 2016).

Meyriat (1981, 2016, grifos nossos) elaborou as categorias 'documento por intenção' e 'documento por atribuição'. Enquanto os primeiros são produzidos com a intenção de informar a respeito de algo, como um artigo científico e um livro, nos documentos por atribuição, a função informativa é elaborada após a produção material do objeto. Nesta perspectiva é que é compreendido o documento na perspectiva documentária, como o resultado de um trabalho de atribuição.

Da relação estabelecida pelo profissional da mediação documentária entre a atividade documentária, os sistemas, serviços e atividades elaborados a partir dela, o público e o documento, é produzido o que denominamos de contexto documentário.

No contexto documentário, as intencionalidades dos sujeitos estão em um jogo concorrencial quanto aos propósitos e usos dos sistemas documentários, serviços e atividades estabelecidos nele.



Na escola, a biblioteca é cercada de intencionalidades dos sujeitos, estejam em interação nesse espaço ou fora dele, mas pensando em como ocorre o seu funcionamento.

Em nossa perspectiva, a biblioteca escolar ainda é vista conforme duas óticas, como segue: ora ela é reconhecida em seu protagonismo quanto aos processos de mediação que realiza dentro das escolas junto aos estudantes, ora é situada como local de auxílio, complemento ou extensão do trabalho realizado por professores em sala de aula.

Nos interessa pensar a biblioteca escolar na primeira lente, ou seja, como um sistema na escola com dinâmicas próprias. Esse sistema pode apoiar os fazeres de outros profissionais na escola ou ser apoiado por estes sujeitos, mas, na ausência de uma colaboração, a biblioteca escolar ainda apresenta sua respectiva função e importância na escola. Nesse âmbito, o bibliotecário é o sujeito que institui e promove o funcionamento da biblioteca escolar de forma qualificada.

Segundo Lima (2014), a relação entre as instâncias internas e externas da biblioteca orienta a sua inserção em projetos com fins emancipatórios ou não. Quando a biblioteca escolar não cumpre suas funções sociais e políticas, mas apenas existe fisicamente no espaço escolar, para cumprir alguma obrigação legal ou estética, também exerce um papel em relação ao valor agregado às ações na escola, mas de forma negativa, por decorrência de sua disfunção e do desserviço que presta na escola.

O currículo é um dispositivo importante para definir as relações entre as instâncias internas e externas norteadoras do trabalho na biblioteca escolar. Segundo Silva (1999), no currículo são definidas as diferentes relações de poder do âmbito educacional. A concepção de currículo que nos pautamos é de que ele é um dispositivo que ultrapassa a noção prescritiva, formalizada em documentos oficiais, mas como instância “[...] se materializa em espaços que extrapolam a sala de aula e é influenciado por agenciadores que vão além da figura do professor regente de classe” (Silva, 2019, p. 36). Desse modo, trata-se também de um currículo desenhado a partir das práticas cotidianas da escola que ultrapassam a prescrição.

Em nossa perspectiva, o modo como a biblioteca é integrada no currículo é implicado pela vontade política dos sujeitos envolvidos na concepção da escola. Podemos identificar que há a vontade política decorrente dos esforços empreendidos no



âmbito da gestão, a partir dos quais são formalizados, ou não, o lugar e a importância da biblioteca na escola como instância educativa. Essas formalizações estão prescritas em documentos oficiais governamentais, leis, projetos político-pedagógicos, entre outros.

Também há a vontade política dos sujeitos que participam do espaço escolar cotidianamente. Como destacam Pimenta, Stein, Reis e Santos (2019), é compromisso de toda a comunidade escolar trabalhar para que a biblioteca seja um espaço dinâmico e articulado com os diversos segmentos da escola.

Por fim, vale salientar a vontade política do próprio bibliotecário, cuja qualidade da atuação passa por compreender o seu papel na constituição do currículo. Ao compreender o seu protagonismo na escola, o bibliotecário promove uma visão de biblioteca escolar em que ela não é definida pelo currículo, mas também o define.

A participação do bibliotecário também é fundamental para especificar aos demais sujeitos da escola a função da biblioteca escolar. Para tanto, é necessária a compreensão da biblioteca escolar como sistema documentário, observando assim as relações entre ela e as demais categorias explicativas da mediação documentária.

### **3 FUNDAMENTOS DA ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A ordenação de documentos é um processo de mediação pelo qual são elaborados arranjos para os documentos no espaço, para possibilitar ao público o acesso a eles a partir de propostas de percursos de navegação. Segundo Ortega, Silva e Santos (2016), a ordenação apresenta três funções: estabelecer modos de leitura da coleção, elaborar as formas de localização dos documentos e subsidiar a gestão da coleção.

A proposição de modos de leitura responde pela orientação estabelecida para o público a partir da disposição dos documentos no espaço e dos recursos de sinalização empregados.

A função de localização é desenvolvida instituindo formas de localizar os documentos, considerando em especial a necessidade de localizar itens específicos da coleção. O código de localização é um dos recursos utilizados para identificar a posição do item no espaço. O código de localização pode ser constituído por letras, números e sinais de pontuação, elaborado exclusivamente a partir de um desses elementos, ou pela





combinação deles (Ortega, 2016), que podem ser reproduzidos no próprio documento e em seus registros nas bases de dados.

Quanto ao apoio à gestão da coleção, a ordenação de documentos devidamente planejada produz dados referentes à coleção e ao uso do espaço, que subsidiam o desenvolvimento dos processos de seleção e de conservação. Segundo Calenge (2009), a ordenação de documentos subsidia desenvolver o diagnóstico da coleção e o planejamento de trabalho segundo a estrutura da coleção.

A ordenação pode ser desenvolvida segundo os métodos alfabético, cronológico e classificatório (Ortega; Silva; Santos, 2016).

O método alfabético é empregado com vista a estabelecer sequências segundo a alfabetação. Comumente, são adotados para desenvolver esse método os atributos de autor e título, constituindo uma ordem alfabética entre os documentos a partir deles.

O método cronológico é estruturado para indicar a relação cronológica entre os documentos. Em razão disso, é comum o emprego do método sobre atributos como a data de publicação ou a data de registro do documento na coleção, relacionando os documentos em uma disposição dos mais recentes aos mais antigos, ou vice-versa.

O método classificatório é adotado para estruturar arranjos hierárquicos mediante as relações entre classes e subclasses. É amplamente sedimentado na produção em Biblioteconomia a relação do método com o trabalho sobre atributos de tema ou assunto. Contudo, o método não se explica pelo trabalho exclusivamente com o atributo tema.

O emprego dos métodos de ordenação perpassa o objetivo de constituir sistemas de localização. Os sistemas de localização podem ser distinguidos entre sistemas de localização fixa e relativa (Ortega; Silva; Santos, 2016).

Nos sistemas de localização fixa, cada documento possui um lugar definitivo de acomodação no arranjo. Esse tipo de sistema é aplicado em bibliotecas cuja prioridade é a conservação dos acervos, por isso, o atributo considerado usualmente é a materialidade (Pinheiro; Weitzel, 2007). Os principais métodos empregados para a composição de sistemas de localização fixa são os métodos alfabético e cronológico (Slavic, 2009).

O sistema de localização relativa proporciona maior mobilidade aos documentos da coleção, pois, conforme cada subconjunto é desenvolvido, pelo crescimento ou pelo



descarte de documentos, as classes seguintes e anteriores são deslocadas (Ortega, 2016). O método classificatório é a principal forma de estabelecer sistemas de localização relativa, mas exige o emprego do método alfabético e/ou cronológico para a individualização dos itens em cada classe.

Por fim, no percurso da Biblioteconomia, certos instrumentos foram amplamente disseminados para operacionalizar a ordenação de documentos, sendo alguns deles apresentados em sequência.

No tocante aos modelos para desenvolver a ordenação de documentos, a partir da produção do tema é possível identificar os seguintes: o primeiro em torno do conceito de plano de ordenação (*plan de classement*, no original em francês), de origem francesa; e o segundo é o número de chamada (*call number*, no original em inglês), de origem estadunidense. Esses modelos não são necessariamente excludentes entre si.

O plano de ordenação remonta às reflexões introduzidas em manuais de bibliotecas da França, elaborados entre o final do século XIX e início do século XX, em que o objetivo dos bibliotecários era elaborar soluções de ordenação particulares (Silva, 2022).

A discussão do plano de ordenação na produção francesa envolve a elaboração do quadro de ordenação (*cadre de classement*) e do manual de cotação (*manuel de cotation*).

Calenge (2009) explica que a função do quadro de ordenação é o estabelecer uma compreensão genérica do modo de ordenação elaborado. O manual de cotação é um inventário dos códigos de localização adotados na biblioteca. Na terminologia francesa, esses códigos são discutidos pelo termo cota (*cote*), por isso, um manual de cotação. O manual é acompanhado de notas de uso das cotas, incluindo remissas, detalhes de utilização etc. Quanto ao plano de ordenação, ele é um texto que descreve a organização, as regras de ordenação e os modos de acesso aos conjuntos de documentos que constituem uma coleção.

A discussão a respeito do número de chamada foi elaborada em especial considerando a aplicação da CDD para a produção de arranjos sistemáticos, seguido da aplicação de instrumentos que permitissem a individualização dos itens nas classes. Slavic (2009) situa o início dessa discussão entre 1876 e o início do século XX, a partir de



publicações nos periódicos *The Library Journal*, dos Estados Unidos, e *Library Association Record*, da Inglaterra.

Segundo Silva (2020), a formalização da estrutura do número de chamada foi apresentada por Ranganathan por volta de 1930, segundo os seguintes elementos: número de coleção (*collection mark*), número de classe (*class number*) e o número do livro (*book number*).

O número de coleção separa certas parcelas da coleção principal, como coleções de ficção, audiovisuais, obras de referências, entre outras. O número de classe indica a classe em que o documento é acomodado, usualmente retirada de algum sistema de classificação bibliográfica. O número do livro apresenta a função de individualização do número de chamada de cada documento, estabelecendo para ele uma posição específica na coleção ao diferenciá-lo de outros alocados na mesma classe. O número do livro é constituído pelo número do autor, a partir do qual são estabelecidas as relações entre os documentos de um mesmo autor, e pela marca da obra, pela qual são relacionados documentos de edições e versões diferentes da mesma obra de um autor e sobre ela.

Dentre os instrumentos elaborados para a composição do número do autor, destacam-se as tabelas de Cutter e Cutter-Sanborn (*Cutter Two-Figure Author Tables*, de 1886, *Cutter-Sanborn three-figure author table*, de 1896, e *Cutter's three-figure author table*, de 1996), a primeira e a terceira elaboradas por Charles Ammi Cutter e a segunda elaborada por ele com apoio de sua assistente Kate Emery Sanborn (Barden, 1937).

Além dos instrumentos mencionados antes, que consideramos serem mais recorrentes nas práticas bibliotecárias, vale mencionar ainda a tabela de PHA, proposta pela bibliotecária brasileira Heloisa de Almeida Prado em 1984 (Prado, 1984). A tabela PHA apresenta uma estrutura semelhante às tabelas de Cutter/Cutter-Sanborn, mas com maiores possibilidades de representação de sobrenomes comuns no Brasil em relação a essas tabelas.

Uma das diferenças entre o plano de ordenação e o número de chamada é que o segundo remete à uma concepção estritamente instrumentalizada do processo, a partir da aplicação da CDD e de alguma das tabelas de Cutter/Cutter-Sanborn, por exemplo. Desse modo, entendemos que é discutido entre a comunidade do campo mais a aplicação do modelo sob uma forma específica que o modelo em si e sua flexibilidade



de adaptação a distintos contextos. Em contrapartida, o plano de ordenação permite instituir uma política documentária do processo de ordenação de documentos, indicando as questões implicadas à realização do processo em um contexto documentário. Ademais, o registro do fazer bibliotecário é fundamental justificar e apresentar os fatores que influenciaram suas decisões.

#### **4 A ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS NA BIBLIOTECONOMIA ESCOLAR: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS**

A pesquisa bibliográfica nas bases de dados selecionadas resultou em um total de 129 de trabalhos, distribuídos entre artigos científicos, como os estudos de caso e as pesquisas revisionais, e artigos profissionais de relatos de experiência. A listagem dos textos localizados pode ser localizada no apêndice da dissertação do autor (Carvalho, 2020). As seções que seguem compreendem as categorias de análise elaboradas para apresentar e discutir a produção recuperada.

##### **4.1 Abordagem conceitual: entre as denominações e funções da ordenação de documentos**

A abordagem conceitual compreende as denominações adotadas para tratar a ordenação de documentos, observando os desdobramentos dos termos adotados para a concepção conceitual do processo e o desenvolvimento de suas funções.

De forma majoritária, a ordenação de documentos é discutida sob o termo classificação, considerando assim que o objetivo é produzir arranjos sistemáticos para os documentos.

Em uma parte menor da literatura, a ordenação é discutida no âmbito da catalogação, mais propriamente atrelada à etapa de elaboração de códigos de localização para os documentos da coleção. Esse código seria resultante da representação e combinação de pontos de acesso elaborados na produção do registro documentário, como o autor, título e assunto.

Em relação às funções do processo de ordenação – promover modos de leitura da coleção, formas de localização dos documentos, e servir à gestão da coleção –, consideramos a primeira ser mais recorrente em relação às demais. Por outro lado, a



importância de como a leitura é lida é destacada em razão de promover ao público a localização de documentos pertinentes às suas necessidades.

As discussões a respeito do desenvolvimento dos modos de leitura da coleção enfatizam a importância do arranjo como forma de promover a navegação pela coleção e pelo espaço, de modo que ambas sejam mais intuitivas ao público.

Ao enfatizar as estratégias de navegação, o objetivo viabilizar ao público a localização mais rápida dos documentos de seu interesse, de forma que ele empreenda maiores esforços na leitura para a apropriação de seus conteúdos, que é o objetivo da biblioteca escolar (Hembree, 2013).

A navegação é o que permite ao público desenvolver familiaridade com a biblioteca e com a coleção. Isso contribui ao desenvolvimento da autoconfiança do público quanto ao uso da biblioteca escolar.

As experiências com as bibliotecas escolares e seus espaços, influenciam a percepção das crianças acerca das bibliotecas de um modo geral. Deste modo, se as experiências vividas nesses espaços são de frustração, intimidação e desamparo, o imaginário constituído a respeito das bibliotecas impactará na vontade do público em estar na biblioteca. Como explica Richter (1988, p. 447, tradução nossa):

A imagem que a biblioteca dá na entrada pode ser desfavorável ou encorajadora, a primeira normalmente sendo irreversível. Se a primeira abordagem é a de uma sala de trabalho onde mesas e cadeiras estão enfileiradas sob o atento olhar do bibliotecário, o efeito de restrição será mais forte do que se uma sala de leitura e discussão for descoberta oferecendo quadrinhos, revistas de relaxamento e livros de bolso.

Também é discutida na produção em Biblioteconomia escolar a necessidade de atividades que promovam as habilidades de navegação do público. Essas habilidades são exploradas na produção estadunidense como *spatial literacy*, cuja tradução livre se aproximaria da ideia de letramento ou competência espacial (Johnston; Mandel, 2014).

Cooper (2002) aborda a relevância da navegação para os pesquisadores inexperientes, ou que ainda não tenham definido bem suas buscas. A busca por documentos pelo público infantil é um processo dinâmico que, poucas vezes, se encerra em localizar um livro específico pelo nome, autoria ou temas, já preestabelecidos; pelo contrário, essas definições desenvolvem-se na medida em que o público consegue atribuir sentido à proposta de ordenação empregada.



Como forma de facilitar e tornar a navegação mais intuitiva, Cooper (2002) menciona a importância de oportunizar a visão das capas dos livros, o folhear dos livros, os retirando e retornando ao lugar na estante, entre outras interações sensoriais no momento da navegação.

Centelles Pastor (2008) relaciona a facilidade de apreensão da proposta de navegação ao desenvolvimento da autonomia do público quanto ao uso da biblioteca. De forma similar, Jameson (2013) discorre que a questão da navegação está atrelada ao nível de conforto do usuário de fazer uso da biblioteca.

Para Beer (2003), a navegação seria mais intuitiva se consideradas as capacidades de leitura do público. Dessa forma, o arranjo seria elaborado iniciando em livros apenas de imagens e cores e, no nível final, os livros mais complexos com apenas ou principalmente palavras. Desta forma, o estudante pode se orientar de acordo com as seções que ele tem maior capacidade de realizar uma leitura qualificada dos documentos dispostos nelas.

Em nossa perspectiva, a busca em tornar a navegação intuitiva para o público não implica em soluções de ordenação pouco elaboradas. A complexidade está justamente presente no trabalho de desenvolver uma proposta de ordenação em que seja contemplada a diversidade do público da biblioteca escolar, para que ela seja mais efetiva quanto à comunicação esperada com o público a partir da ordenação.

Quanto à função de apoio à gestão da coleção, a ordenação de documentos é destacada em relação ao processo de Seleção, em termos do planejamento implicado a inclusão e descarte de documentos da coleção. A sistematização de quais classes e/ou setores da biblioteca escolar apresentam mais ou menos documentos, e quais são eles e seus autores, podem orientar a decisão de quais classes precisam de um trabalho mais recorrente de inserção e descarte. Nesse sentido, Baumbach e Miller (2006) discutem a ordenação a partir da classificação, sistematizando as classes da CDD que, na perspectiva das autoras, precisam ser revistas frequentemente quanto aos livros inseridos nelas, pois se referem a temáticas que estão sendo constantemente atualizadas na sociedade.

Por fim, uma parcela da produção localizada aborda o que podemos denominar como uma questão que perpassa tanto a função de modos de leitura quanto a função de gestão. Nesse sentido, é destacada a relação entre a ordenação, assim como o



emprego das estratégias de sinalização e espacialização, e seu impacto no modo como a biblioteca é apropriada pelo público, em termos dos sentidos que ele elabora sobre ela.

Ryan e Hermann-Wilmarth (2013) destacam a importância de recursos de sinalização que promovam a visibilidade produção literária LGBT. Para tanto, documentos desta temática precisam ser selecionados e integrados à coleção. Quando se tem na coleção apenas livros que reproduzem uma normatividade quanto ao padrão de gênero e orientação sexual, a criança e o adolescente aprendem que apenas os sujeitos que atendem a esta normatividade merecem viver dignamente, ter amor, alegria, entre outras experiências, que são vivenciadas nos livros apenas por personagens representativos daquele padrão.

De modo inverso à tentativa de inclusão, em especial nos textos descrevendo as práticas nas bibliotecas dos Estados Unidos, são apresentados diferentes relatos de censura, em que é solicitada a retirada de um determinado título, ou mesmo a sua alocação em espaço reservado na biblioteca com indicação da limitação de seu acesso (Peck, 1986; Clark, 1986; Kristl, 1993; Goldberg, 2001). Dado que o estudante sequer é considerado nessa decisão, ao visualizar a seção restrita, entendemos que o sentido comunicado a ele a respeito de sua participação na biblioteca é de que ele é considerado um sujeito que deve se submeter passivamente às decisões arbitrárias e alienadas a ele na biblioteca escolar.

Em suma à produção reunida nesta categoria, observa-se que as funções de ordenação não são discutidas em separado e a atenção às especificidades do público permeia significativamente os apontamentos dos autores.

Contudo, no tocante às denominações atribuídas ao processo, em especial sob o termo classificação, refletem menos nas concepções conceituais dele e de suas funções, mas têm um impacto sintomático na limitação das abordagens metodológica e instrumental do processo, como discutimos em sequência.

#### **4.2 Abordagem metodológica: a centralidade do método classificatório**

A abordagem metodológica do processo de ordenação compreende a análise das discussões a respeito dos métodos de ordenação, quais sejam o alfabético, o cronológico e o classificatório.



A produção analisada apresenta a ênfase no método classificatório. Relacionamos a ênfase a este método à disseminação do modelo do número de chamada, cuja base é o número de classe. Também inferimos a ampla compreensão no campo de que, para a ordenação ser realizada com sentido e coerência para um público, ela precisa ser feita em um arranjo classificatório, sendo a cronologia e alfabetação métodos essencialmente secundários.

Atrelado a isso está o entendimento sedimentado no campo de que a ordenação de documentos apresenta menor importância, logo, a aplicação de um modelo resolveria o processo de modo suficiente. Ray (2013) afirma que a dúvida entre classificar por gênero ou a partir da CDD é uma questão secundária, pois, estamos em um “[...] momento em que devemos nos focar na liderança para o futuro conectada às aprendizagens e aos recursos digitais” (Ray, 2013, p. 60, tradução nossa). Este tipo de discurso torna a ordenação de documentos uma questão secundária, refletindo na separação entre a importância do processo e a efetividade do objetivo das bibliotecas nas escolas.

Quanto aos métodos alfabético e cronológico, eles são abordados principalmente como métodos secundários à estrutura classificatória instituída no primeiro nível do arranjo. Isso ocorre em especial quanto ao uso do método alfabético para sequenciar os livros de um mesmo autor no interior das classes. Quanto às poucas menções ao método cronológico, ele é mencionado quanto ao uso para ordenar as coleções de periódicos, cujos exemplares, após serem ordenados alfabeticamente pelo título do periódico, seriam sequenciados conforme a data de publicação dos exemplares.

#### **4.3 Abordagem instrumental: os sistemas de classificação bibliográfica para o número de chamada**

A abordagem instrumental compreende os instrumentos documentários voltados à ordenação de documentos, como o modelo do número de chamada e os sistemas de classificação bibliográfica.

Na produção em questão, os instrumentos mencionados são relativos à operacionalização dos métodos classificatório e, uma parte pequena, alfabético.

Para o método alfabético, é indicada a menção nominal e o uso das tabelas de Cutter e Cutter-Sanborn. Consideramos a menção nominal menos como um instrumento





propriamente, mas um modo simplificado de codificar o nome do autor, seja adotando as letras iniciais de seu sobrenome, seja utilizando o sobrenome completo.

Há uma ênfase na aplicação do número de chamada, em especial no tocante à elaboração do número de classe. A produção a respeito disso pode ser categorizada em dois grupos: de um lado, defende-se o uso dos sistemas tradicionais do campo, principalmente a CDD; de outro lado, são propostos instrumentos alternativos a CDD, considerando sua inadequação para o contexto escolar.

Os argumentos favoráveis ao uso da CDD incluem sua semelhança às áreas curriculares, o que é pertinente para as bibliotecas escolares que devem se integrar a essas áreas na escola (Adamich, 2014); o amplo uso da CDD em outras bibliotecas, de modo que a biblioteca escolar promoveria a familiaridade do público com o modo de organização de outras bibliotecas, estimulando assim a sua frequência nessas instituições ao longo de sua vida (Pendergrass, 2013); a CDD é atualizada recorrentemente, logo, ela se mantém pertinente para as demandas atuais (Pendergrass, 2013).

Em nossa perspectiva, em relação à familiaridade entre bibliotecas a partir da padronização do sistema de classificação bibliográfica empregado, trata-se de uma escolha que não é pautada efetivamente no público, embora indicado que seja. Esse tipo de padronização limita a compreensão do público das estruturas de ordenação de documentos. Nesse sentido, no caso de se deparar com outras formas de estruturação do acesso a documentos, o público provavelmente se verá impossibilitado de ações estratégicas de navegação para acesso, já que foi formado ao longo de sua vida unicamente para compreender a estrutura de um determinado instrumento.

Os argumentos contrários à adoção da CDD perpassam sua caracterização como um instrumento pautado no universo branco, anglo-saxônico, protestante e masculino, que torna suas atualizações questionáveis, pois esse padrão ainda é mantido (Harris, 2013); as notações produzidas a partir da CDD e as denominações das classes são pouco compreensíveis para o público da biblioteca escolar, em especial em contextos que esse público sequer aprendeu o sistema numérico decimal (Gibson, 2011; Kaplan; Giffard; Still-Schiff; Dollof, 2013); a inadequação da CDD para tratar os conteúdos das coleções de ficção.



Como alternativa à adoção da CDD, ou mesmo a CDU e outros sistemas de classificação tradicionais no campo, são propostas duas formas de composição do número de classe, que são: as classificações por gênero literário e/ou tema e as classificações segundo os níveis de leitura do público.

No caso das classificações por gênero literário e/ou tema, localizamos as seguintes propostas: o Sistema de Classificação METIS; os modelos de ordenação das livrarias nas bibliotecas escolares; a ordenação por centros de interesse; e o quarto, que não é propriamente uma forma de classificação, mas de sinalização, abordada amplamente na produção do campo como classificação por cores.

O Sistema METIS foi elaborado por quatro bibliotecárias da biblioteca da *Ethical Culture School*, localizada em Nova York, nos Estados Unidos, Tali Balas Kaplan, Sue Giffard, Jennifer Still-Schiff e Andrea K. Dolloff (2013). Segundo as autoras, o sistema METIS é uma proposta de classificação dos livros por assunto ou tema, considerando as linguagens do público e suas formas de construção de sentido, tanto das crianças já alfabetizadas quanto daquelas ainda em processo de alfabetização.

O sistema é constituído por categorias temáticas identificadas por letras e símbolos, e subcategorias também indicada por letras. O número de chamada seria constituído pela série/ano escolar indicado para os livros, a categoria temática segundo o METIS e a indicação da autoria. Além disso, também é acrescentado uma figura relativa à classe específica do livro. Como exemplo, a classe de Contos, que compreende os temas mitologia, contos de fada e folclore, é representada pela figura de um sapo com uma coroa, remetendo à história 'A princesa e o Sapo'.

O segundo modelo alternativo de classificação compreende a adoção de estratégias de ordenação semelhantes à classificação adotada em livrarias. Nessa perspectiva, há o entendimento de que as livrarias, a partir das classes que atribuem aos documentos e sua distribuição e sinalização no espaço, conseguem atrair um público maior que normalmente as bibliotecas atraem, a partir de sistemas como a CDD.

Dentre as problemáticas dos modelos de livrarias, é destacado que este modelo não promove a autonomia do público. Em livrarias, a proposta simplificada de classificação visa promover a necessidade de o cliente consultar um vendedor, e este realizar uma venda. Na biblioteca, o objetivo é reduzir a dependência de um profissional para acessar a coleção (Brisco, 2004).



O terceiro modelo é a ordenação segundo centros de interesse. A menção ao modelo foi realizada especificamente por Agustín-Lacruz, Fujita e Terra (2014). As classificações por centros de interesse são elaboradas a partir de grandes classes temáticas pautadas nos modos como o público realiza seus processos de busca por documentos. A partir desse arranjo, documentos de diferentes tipologias são reunidos nelas, ao invés de serem separados como usualmente ocorre nas bibliotecas.

Em crítica às classificações por centros de interesse, Simões e Miguéis (2001, p. 17) indicam que essas classificações constituem “[...] uma arrumação não técnica, que visa uma maior rapidez de arrumação e uma mais fácil utilização pelo grande público”. Todavia, continuam as autoras, a arrumação desta forma poderia se tornar efêmera, pois se assenta em um fundamento extremamente subjetivo, tendo em vista que os interesses do público variam rapidamente.

A quarta proposta alternativa de sistema de classificação por gênero literário e/ou tema não é propriamente uma classificação, embora seja abordada recorrentemente assim: são as classificações por cores.

Maria Antonieta Ubillo Venega (2005) aborda as adaptações realizadas sobre a CDD e a CDU, como a *margarita cromática* e a *árbol de colores*, populares em países de idioma espanhol. Ambas constituem representações em figuras das classes principais desses sistemas, traduzindo a denominação das classes por outros termos. Por exemplo, a classe 300, que na CDU é relativa a ‘Ciências Sociais’, na *margarita cromática* é apresentada como ‘Viver juntos’ com uma figura de pessoas de mãos dadas.

De outro modo, a proposta apresentada por Pinheiro e Sachetti (2004) é um sistema de classes próprio às coleções de ficção e não-ficção acompanhado das cores representativas de cada classe. Segundo as autoras, a escolha das cores na classificação permite estabelecer uma linguagem mais compreensível ao público da biblioteca escolar do que os sistemas de classificação bibliográfica, tais como a CDD e a CDU.

O problema conceitual de denominar os esquemas de sinalização como classificação por cores, reside em deslocar o foco do problema da ordenação para uma discussão a respeito das cores utilizadas no sistema, como pode ser exemplificado a partir de Ubillo Venega (2005), que discute em seu texto a problemática de ausência de padronização nos sistemas de cores adotados nas bibliotecas escolares. Desse modo, a discussão do sistema de classificação propriamente é secundarizada.



Ademais, entendemos que uma classificação propriamente por cores seria aquela em que a cor do documento é tomada como o atributo para a elaboração das classes, assim, considerando as cores das capas dos livros por exemplos para agrupá-los.

Além das propostas de sistemas para ordenação segundo atributos de gênero literário e/ou tema, o segundo grupo de propostas alternativas para constituição do número de classe é pautado na relação estabelecida entre o nível de leitura do público e a complexidade exigida para leitura dos documentos.

Segundo Houston (2008), na classificação por níveis de leitura (*reader-interest classification* ou *reader-interest shelving schemes*, no original em inglês), a localização dos documentos é marcada por símbolos indicando o nível de leitura exigido para cada um deles. Em bibliotecas dos Estados Unidos, a autora relata o uso de softwares de avaliação, em que os estudantes passam por testes e acumulam pontos para avançar de nível. Desse modo, o usuário só pode retirar os livros cujo nível de leitura corresponda ao seu próprio nível, segundo identificado no software de avaliação. Dentre os problemas mencionados pela autora, acusa-se que os sistemas de níveis de leitura são baseados em softwares de avaliação imprecisos para constituir a avaliação do público.

No Brasil, entendemos que os níveis de leitura são comuns nas bibliotecas escolares sob a instituição das marcas da coleção I (Infantil), IJ (infanto-juvenil) e J (Juvenil), funcionando vezes como sugestão, vezes como restrição de acesso.

Sendo assim, a grande problemática em torno dos sistemas de níveis de leitura é quando eles deixam de ser uma indicação para se tornarem uma restrição, semelhante às soluções aos casos de censura nos Estados Unidos, mencionados antes.

Os esforços apresentados como alternativas foram desenvolvidos partindo de uma compreensão limitada da ordenação de documentos, a qual é abordada como resultado do emprego de sistemas de classificação bibliográfica.

Em outras palavras, os esforços de desenvolver alternativas aos sistemas de classificação bibliográfica tradicionais no campo – CDD, CDU, e outros – não implicou a recuperação dos fundamentos do processo de ordenação de documentos. Ao desconsiderar os fundamentos teóricos da ordenação de documentos, desenvolvem-se sistemas de classificação sem ou com pouco respaldo teórico que fundamente as relações entre os conceitos, classes e subclasses, pautados em constatações acerca do comportamento informacional do público no cotidiano das bibliotecas.



## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção em ordenação de documentos em Biblioteconomia escolar apresenta questões relevantes acerca do tema, contudo demonstram uma fragmentação da compreensão do processo. Essa fragmentação é perceptível desde a importância atribuída ao processo, ou da falta dela, na biblioteca escolar, e das abordagens conceitual, metodológica e instrumental realizadas sobre o processo.

Recuperar a produção acerca da ordenação de documentos elaborada no percurso da Biblioteconomia pode subsidiar os bibliotecários na concepção do processo considerando a especificidade das bibliotecas escolares. Sem esse movimento, a Biblioteconomia escolar parte de um nível anterior e de pouca elaboração intelectual, em relação à maturidade do conhecimento já produzido na Biblioteconomia em geral.

A biblioteca escolar é, antes de tudo, uma biblioteca, a qual se desenvolve em relação à instituição que a abriga, no caso em questão, a escola. Enquanto o trabalho da biblioteca escolar for considerado como do âmbito da Educação e não da Biblioteconomia, essa instituição será desenvolvida constantemente sob um esforço de assemelhá-la a uma sala de aula. Esse esforço é pouco produtivo considerando que a biblioteca e o bibliotecário têm um propósito na escola, que não é o de serem, respectivamente, uma sala de aula e um professor, a despeito das respectivas importâncias dos últimos na escola.

Encerramos este texto colocando em evidência a necessidade de encarar recorrentemente as bibliotecas escolares, tanto em termos de suas diversas problemáticas, quanto de suas potencialidades, como sistemas de mediação documentária. Desta forma, o trabalho documentário tem sua complexidade evidenciada, e a biblioteca escolar resultante deste trabalho do discurso é retirada de abordagens simplificadas sobre ela, cujos processos, como o de ordenação de documentos, são fáceis de resolver, portanto, podendo ser realizados por qualquer profissional, seja ele bibliotecário ou não.



## REFERÊNCIAS

- ADAMICH, Tom. Don't throw the baby out with the bathwater! **Library Media Connection**, Worthington, v. 32, n. 5, p. 32, mar. 2014. Disponível em: <https://schoollibraryconnection.com/Content/Article/1949130>. Acesso em: 12 set. 2024.
- AGUSTÍN-LACRUZ, Maria Del Carmen; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; TERRA, Ana Lúcia Silva. Linguagens documentais para as bibliotecas escolares: o caso da Espanha, Portugal e Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 3, 2014.
- ALMAN, Susan W. (org.). *School librarianship: past, present, and future*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017.
- BARDEN, Bertha Rickenbrode. **Book numbers: a manual for students, with a basic code of rules**. Chicago: American Library Association, 1937.
- BAUMBACH, Donna J.; MILLER, Linda L. **Less is more: a practical guide to weeding school library collections**. Chicago: American Library Association, 2006.
- BEER, Jennifer. Empowering children to help themselves. **Cape Librarian**, v. 47, n. 2, p. 36-37, mar. 2003.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações. Coordenação de Edições Técnicas. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.
- BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: ÉDIT, 1951.
- BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Traduzido por Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- BRISCO, Shonda. Dewey or Dalton? An investigation of the lure of the bookstore. **Library Media Connection**, Worthington, v. 22, n. 4, p. 36-37, jan 2004.
- CALENGE, Bertrand (coord.). **Mettre en oeuvre un plan de classement**. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2009. Disponível em: <https://books.openedition.org/pressesenssib/pdf/285>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. *Biblioteca escolar em revista, Ribeirão Preto*, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106613. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613/105207>. Acesso em: 12 set. 2024.
- CARROLL, France Laverne. **Recent advances in school librarianship**. Oxford: Pergamon Press, 1981.



CARVALHO, Matheus Aguiar de. **A ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/36952>. Acesso em: 17 set. 2024.

CARVALHO, Matheus Aguiar de. **A mediação documentária: aspectos epistemológicos, conceituais e procedimentais**. 2024. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/77694>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CENTELLES PASTOR, Jaume. El laberinto organizado: distribución del espacio y señalización de los fondos. **Mi biblioteca**, [S. l.] n. 14, 2008. Disponível em: [https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/119943/MB4\\_N14\\_P66-70.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/119943/MB4_N14_P66-70.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05 ago. 2024.

CLARK, Elyse. A slow, subtle exercise in censorship. **SLJ: School Library Journal**, [S. l.], v. 32, n. 7, mar. 1986.

COHEN, Diana Micheline. **O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da Análise Documentária**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27137/tde-09032017-174649/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2024.

COOPER, Linda Z. A case study of information-seeking behaviour in 7-year-old children in a semistructured situation. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 11, p. 904-922, 2002.

COUZINET, Viviane. Des pratiques érudites à la recherche: Bibliographie, Bibliologie. In: GARDIÈS, Céciles (Dir.). **Approche de l'information-documentation: concepts fondateurs**. Toulouse: Cépaduès, 2011. p. 167-186.

FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cecile. La médiation documentaire. In: LIQUÈTE, Vicent. **Médiations**. Paris: CNRS Éditions, 2010. p. 121-139. Disponível em: <https://books.openedition.org/editions-cnrs/14763>. Acesso em: 05 ago. 2024

FABRE, Isabelle. La médiation documentaire: retour réflexif. **Les Cahiers de la SFSIC, Société française des sciences de l'information et de la communication**, [S. l.], p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01935863/document>. Acesso em: 05 ago. 2024.

GIBSON, Marjorie. Innovative 21st century classification schemes for elementary school libraries. **Felicitier**, [S. l.], v. 57, n. 2, p. 49-61, 2011.

GOLDBERG, Beverly. ACLU sues over gay-bio ban. **American Libraries**, Chicago, v. 32, n. 2, p. 19, fev. 2001.



GOLDBERG, Beverly. Restricted "excessive" titles. *American Libraries*, Chicago, v. 32, n. 6, p. 27, jun. 2001

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HARRIS, Christopher. Library Classification 2020. *Knowledge Quest*, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 14-19, nov./dez. 2013.

HEMBREE, Julie. Ready! Set! Soar! Rearranging your fiction collection by genre. *Knowledge Quest*, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 62-65, nov. 2013.

HOUSTON, Cynthia R. The use of reading levels as alternative classification in school libraries. *Cataloging & Classification Quarterly*, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 65-80, 2008.

JAMESON, Juanita. A genre conversation begins. *Knowledge Quest*, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 10-13, nov. 2013.

JOHNSTON, Melissa P.; MANDEL, Lauren H. Are we leaving them lost in the woods with no breadcrumbs to follow?: assessing signage systems in school libraries. *School libraries worldwide*, v. 20, n. 2, jul. 2014. Disponível em: [https://digitalcommons.uri.edu/lsc\\_facpubs/7/](https://digitalcommons.uri.edu/lsc_facpubs/7/). Acesso em: 05 ago. 2024.

KAPLAN, Tali Balas; GIFFARD, Sue; STILL-SCHIFF, Jennifer; DOLLOFF, Andrea K. One Size does not fit all. *Knowledge Quest*, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 30-37, nov. 2013.

KRISTL, Carol. Alaska school board votes to keep sex-ed books on shelf. *American Libraries*, Chicago, v. 24, n. 11, p. 979, dez. 1993.

LIMA, Raimundo Martins de. **A biblioteca nas escolas públicas municipais de Manaus (2001/2010): prática social a serviço da emancipação ou da barbárie?** 2014. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3143>. Acesso em: 05 ago. 2024.

LIQUÈTE, Vincent; FABRE, Isabelle; GARDIÈS, Cécile. Faut-il reconsidérer la médiation documentaire? *Les Enjeux de l'information et de la communication*, [S. l.], v. 2010, n. 1, p. 43-57, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3917/enic.hs02.0300>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2010-2-page-43.htm>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, [S. l.], n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução de Camila Mariana A. da Silva, Marcílio de Brito, Cristina Dotta Ortega. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480>. Acesso em: 05 ago. 2024.





OLIVEIRA, Debora Santos de. **Biblioteca escolar e regime de informação**: a Lei n.º 12.244/2010 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14761>. Acesso em: 12 set. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos e métodos de ordenação de documentos. In: ORTEGA, Cristina Dotta. SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. p. 6-43. Disponível em: <https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: <https://archive.org/details/OrdenaoDeDocumentosNaAtividadeBibliotecria>. Acesso em: 05 ago. 2024.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre, théorie et pratique. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Organização Antonio Agenor Briquet de Lemos. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/32627>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PECK, Richard. The genteel unshelving of a book. **School Library Journal**, [S. l.], v. 32, n. 9, maio 1986.

PENDERGRASS, Devona J. Dewey or Don't We? **Knowledge Quest**, Chicago, v. 42, n. 2, p. 56-59, nov. 2013. Disponível em: [https://knowledgequest.aasl.org/wp-content/uploads/2022/11/KQ-NovDec13-WEB\\_TAGGED.pdf](https://knowledgequest.aasl.org/wp-content/uploads/2022/11/KQ-NovDec13-WEB_TAGGED.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

PIMENTA, Jussara Santos; RODRIGUES, Zillanda Teixeira; REIS, Aldineia Souza do Nascimento; SANTOS, Priscila Brenha Abreu dos. Por uma biblioteca escolar como espaço de diálogo e conhecimento. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 14, p. 147-163, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/download/3783/2776>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; SACHETTI, Vana Fátima Preza. Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 16f.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz; WEITZEL, Simone da Rocha (colab.). **A ordem dos livros na biblioteca**: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.



PRADO, Heloisa de Almeida. **Tabela 'PHA'**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. 3a ed., rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

RAY, Mark. None of the above. **Knowledge Quest**, Chicago, v. 42, n. 2, p. 60-61, nov. 2013.

RICHTER, Brigitte. Espaces de la lecture: nouvelles stratégies de communication. **Bulletin des bibliothèques de France**, [S. l.], n. 6, p. 444-449, nov. 1988. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0444-002>. Acesso em: 15 jan. 2020.

RYAN, Caitlin L.; HERMANN-WILMARTH, Jill M. Already on the shelf: queer readings of award-winning children's literature. **Journal of Literacy Research**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 142-172, jun. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Eduardo Valadares da. **O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31679>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SILVA, Eduardo Valadares da; SILVA, Bruno Fernandes da; RAMOS, Jose Alimateia de Aquino. Análise da produção sobre biblioteca escolar no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (2005-2013). In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 7., 2017, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2017. p. 724-739. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/51723>. Acesso em: 12 set. 2024.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da. **A ordenação como processo de Organização da Informação**: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/43292>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SIMÕES, Maria da Graça; MIGUÉIS, Ana Maria Eva. A arrumação nas Bibliotecas Públicas: classificação versus "Centros de Interesse". **O SBAL: Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura**, Lisboa, n. 7, p. 15-19, 2001. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13997>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SLAVIC, Aida. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. In: SINGH, Jagtar; MALHAN, Indervir; KAUR, Trishanjit (dir.). **Library and information science in digital age**: essays in honour of Professor M. P. Satija. India: EssEss Pub, 2009. v. 1, p. 257-285.



TODD, Ross J. School Librarianship and evidence based practice: progress, perspectives, and challenges. **Evidence based library and information practice**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 78-96, 2009. DOI: [10.18438/B8BS62](https://doi.org/10.18438/B8BS62). Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/ebliip/index.php/EBLIP/article/view/4637>. Acesso em: 12 set. 2024.

UBILLO VENEGA, Maria Antonieta. Clasificación por colores en bibliotecas para niños: proponiendo el código junior en colores. **Bibliodocencia**: revista de profesores de bibliotecologia, [S. l.], v. 2, n. 11, 2005. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/7142/1/Clasificacion\\_por\\_Colores.pdf](http://eprints.rclis.org/7142/1/Clasificacion_por_Colores.pdf). Acesso em: 05 ago. 2024.